



O Estadão e a Presidente: o editorial como locus de avaliação

Estadão and the President: editorial as a locus of appraisal

Glivia Guimarães NUNES

(Universidade Federal de Santa Maria - Programa de Pós-Graduação em Letras/
Doutorado em Estudos Linguísticos - Santa Maria - RS - Brasil)

Sara Regina Scotta CABRAL

(Universidade Federal de Santa Maria - Programa de Pós-Graduação em Letras/
Departamento de Letras Vernáculas - Santa Maria - RS - Brasil)

RESUMO

Este artigo tem o embasamento do Sistema de Avaliatividade (Martin; White 2005), que elabora uma taxonomia para dar conta dos valores individuais e coletivos compartilhados em um grupo social. O foco deste estudo recai sobre uma das categorias da atitude: o julgamento, que avalia o comportamento das pessoas segundo valores de estima social (capacidade, tenacidade e normalidade) e sanção social (propriedade e veracidade). Investigamos, a partir de uma análise qualiquantitativa de cunho textual e semântico-discursivo, como os recursos linguísticos são empregados, em editoriais de um jornal brasileiro, quanto à expressão de julgamento em relação ao desempenho da então Presidente Dilma Rousseff. Os resultados mostram o predomínio de julgamentos negativos sobre o seu desempenho, prevalecendo avaliações de estima social, sobretudo de capacidade. Essas avaliações são, em sua maioria, explícitas e indicam a interpretação de que a então Presidente não estava preparada para administrar o Brasil.

Palavras-chave: *Sistema de Avaliatividade; Julgamento; Dilma Rousseff; Editorial.*



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

ABSTRACT

This article is based on Martin and White's Appraisal System (2005), which elaborates a taxonomy that aims to analyse collective and individual values shared in a social group. The focus of this study is one of the categories of attitude: judgment, which deals with the behavior of people according to values of social esteem (capacity, tenacity and normality) and social sanction (property and veracity). We investigated, from a quali-quantitative analysis of textual and semantic-discursive nature, how language resources are used in editorials of a Brazilian newspaper regarding the performance of the former President Dilma Rousseff. The results show a predominance of negative judgments about her performance, mostly evaluations of social esteem, especially capacity. These evaluations are mainly explicit and indicate the interpretation that the former President was not prepared to administer Brazil.

Key-words: *Appraisal; Judgement; Dilma Rousseff; Editorial.*

Introdução

Em nossa fala/escrita sempre avaliamos algo: as pessoas e seus comportamentos, os objetos ou os acontecimentos. Para Biber *et al.* (1999), ao nos posicionarmos, expressamos emoções, atitudes, avaliações e julgamentos de valor. Diversos estudos sobre avaliação têm se desenvolvido no âmbito da linguística. Ochs (1989), Haviland (1989), Besnier (1989) e Thompson e Hunston (1999) estudaram o afeto. Já Biber e Finegan (1989) e Precht (2003) dedicaram-se aos estudos sobre evidencialidade. Hunston (1999) e White (2003) investigaram aspectos relativos à opinião, e Halliday (1994) e White (2003) abordaram, dentre suas pesquisas, a modalidade. Bednarek, em estudo publicado em 2006, demonstrou quão presente a avaliação encontra-se em notícias do tipo *hard news* em jornais britânicos.

Com base nesses estudos prévios, Martin e White (2005) propuseram o que denominaram “Appraisal”, termo inicialmente traduzido para a língua portuguesa como Valoração¹ e, posteriormente, como

1. A primeira tradução feita para o português ocorreu em 2004, em texto de Peter White, publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso*. Por algum tempo, essa denominação foi utilizada em alguns trabalhos na área de linguística. Posteriormente, Vian Jr. (2009), em artigo na *Revista Delta*, manifestou sua preferência pelo termo *avaliatividade*, o que reforçou em texto de 2012.

Avaliatividade. Na obra de 2005, os dois autores construíram uma taxonomia com o propósito de dar conta dos valores individuais e coletivos compartilhados, através da linguagem, em um determinado grupo social, tendo em vista as relações interpessoais.

No Brasil, até hoje vários estudos foram desenvolvidos tendo por base o Sistema de Avaliatividade. Vian Jr. (2009; 2010; 2012) examinou a aplicação do Sistema de Avaliatividade com ênfase em como o subsistema gradação se realiza no português brasileiro. Balocco (2010) analisou textos opinativos (editoriais, colunas de opinião e cartas do leitor) sobre o sistema de cotas na educação, tendo por base as subcategorias do subsistema de Engajamento. Cabral (2007) investigou em artigos de jornalistas brasileiros as manifestações de julgamento relacionadas à polêmica expulsão do jornalista Larry Rohter, por ter sugerido que Luiz Inácio Lula da Silva abusava da bebida. Já Rodrigues (2013), com base no princípio da Individuação (Martin 2008; 2009), examinou como se dá a construção da “assinatura valorativa” da jornalista Eliane Cantanhêde em sua coluna de opinião política publicada no jornal Folha de São Paulo.

Neste estudo, como em Nunes (2014), nossa preocupação volta-se para a manifestação linguística da avaliação em textos de caráter opinativo do contexto midiático jornalístico. Conforme Fairclough (1995:2), a mídia tem “o poder para influenciar conhecimentos, crenças, valores, relações sociais e identidades sociais”². Com base nisso, nossa compreensão é a de que o papel da mídia não se restringe apenas à comunicação. Há em jogo questões ideológicas, tendo em vista que determinado acontecimento é veiculado da maneira como a mídia deseja, com o intuito de persuadir seu público.

Dentre os gêneros jornalísticos, optamos por focar, neste estudo, exemplares do gênero editorial, onde podemos evidenciar o emprego da linguagem com o propósito de reunir leitores em torno das ideias defendidas pelo editorialista e pela instituição e, com isso, levá-los a adotarem tais posições, refletindo-as em suas ações na sociedade. O objetivo geral deste estudo é investigar como os recursos linguísticos avaliativos são empregados em um conjunto de editoriais, no que se

2. “The power to influence knowledge, beliefs, values, social relations, social identities.”

refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da ex-Presidente Dilma Rousseff³.

Este trabalho analisa um pequeno número de editoriais retirados de um renomado jornal brasileiro, O Estado de S. Paulo (mais conhecido como Estadão). Um fator decisivo para a opção por esse jornal é o fato de serem frequentes, em suas edições, publicações que se posicionem em relação ao governo Dilma Rousseff. Um outro fator motivador desta investigação é a clara posição política do Estadão contrária à do partido da Presidente (cf.: Mundim 2013). Tais fatores combinados propiciariam, segundo nossa percepção, um campo fértil para investigações.

O *corpus* é constituído de treze editoriais publicados entre os meses de abril e julho de 2012 no portal de notícias do jornal, o Estadão.com.br (Disponível em: <http://www.estadao.com.br/>). Reunidos em um documento e submetidos ao processamento do *software* WordSmith Tools 6.0 (Scott 2012), os textos totalizaram 8.480 palavras e 2.319 *tokens*. A pesquisa, de abordagem qualiquantitativa, compreendeu três etapas. Inicialmente, foi delineada a configuração contextual, a fim de verificarmos o contexto de situação que caracteriza os editoriais analisados. Em seguida, realizamos a análise textual, momento em que localizamos e classificamos as ocorrências de julgamento em relação à atuação da então Presidente. Por fim, procedemos à análise semântico-interpretativa (Rodrigues 2013), a fim de elucidar como estratégias avaliativas são empregadas, no *corpus* analisado, para julgar o desempenho de Dilma Rousseff.

A escolha por investigar manifestações de julgamento sobre o comportamento de Dilma Rousseff justifica-se pelo fato de que, a partir de 2011, tornou-se ela a representante maior da nação, o que lhe atribuiu responsabilidade pelos rumos sociais, políticos, culturais e econômicos do Brasil. Além do mais, foi eleita pela Forbes, em 2015, uma das mulheres mais poderosas do mundo⁴. Ademais, comparti-

3. Dilma Rousseff foi Presidente do Brasil entre 2011 e 2016, quando teve seu mandato interrompido em função de um processo de *impeachment*. No período de coleta do *corpus* e de análise dos dados, Dilma era Presidente do país, por isso, ao longo deste texto, principalmente da análise, há referências a ela como “Presidente”.

4. De acordo com o *ranking* anual da revista *Forbes*, divulgado em maio de 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/power-women/>>

lhamos da opinião de Barbara e Gomes (2010), quando declaram que mulheres que passam a ocupar cargos públicos acabam tornando-se mira de comentários que não seriam feitos a homens que ocupam as mesmas funções. Nesse sentido, Dilma Rousseff ocupou um cargo de enorme destaque, o mais alto da política brasileira, o que a colocou em evidência constantemente.

Este estudo está organizado em duas seções, além da Introdução: a primeira apresenta o julgamento como categoria do Sistema de Avaliatividade, e a segunda discorre sobre valor e modo de ativação de julgamentos de estima e de sanção social nos editoriais, além de apresentar a análise semântico-interpretativa a que este trabalho se propõe.

1. A LSF e o Sistema de Avaliatividade

O Sistema de Avaliatividade (Martin; White 2005) é uma abordagem cuja origem está na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday e Hasan (1989), Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004). A LSF adota uma perspectiva sociosemiótica para a linguagem, sendo esta configurada como um sistema constituído de estratos (grafo-fonologia, léxico-gramática e semântica do discurso) que são permeados pelo contexto. A noção de contexto é fundamental na abordagem sistêmico-funcional, a qual considera que os “textos variam de acordo com a natureza dos contextos em que são usados”⁵ (Halliday; Matthiessen 2004: 27), sendo o texto entendido como a linguagem em funcionamento (cf.: Halliday 1989:10). Em LSF, são reconhecidos dois tipos de contextos: o de cultura e o de situação.

De acordo com Halliday (1989: 6), o contexto de cultura diz respeito a “toda a história cultural por trás dos participantes e por trás dos tipos de práticas em que alguém se envolve, determinando sua importância para a cultura, seja prática ou ritual”⁶. Segundo o autor, o contexto de situação, por sua vez, consiste no ambiente do texto, isto é, trata-se do âmbito imediato em que um texto está funcionando e onde

5. “[...] texts vary according to the nature of the contexts they are used in”.

6. “[...] whole cultural history behind the participants, and behind the kind of practices that they were engaging in, determining their significance for the culture, whether practical or ritual”.

três variáveis estão presentes: campo (o que está acontecendo), relações (quem são os participantes envolvidos) e modo (como a linguagem está funcionando), as quais vêm a compor a configuração contextual – CC (Hasan 1989). A investigação da CC é muito importante em análises de textos que são realizadas pelo viés sistêmico-funcional, já que as variáveis têm a capacidade de adiantar informações contextuais relacionadas ao texto em análise.

De acordo com a abordagem sistêmico-funcional, a linguagem apresenta três metafunções, cujas manifestações ocorrem simultaneamente na estrutura da oração. São elas: ideacional (compreensão do mundo – oração como representação), interpessoal (relação entre os sujeitos – oração como troca) e textual (organização da mensagem – oração como mensagem). Essas metafunções são materializadas, respectivamente, pelas variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo.

O Sistema de Avaliatividade é realizado na metafunção interpessoal da linguagem e está situado na interface dos estratos léxico-gramática e semântica do discurso. Quando avaliamos algo, seja o comportamento de um indivíduo, um evento ou um objeto, fazemos isso a partir de sistemas semânticos, produzidos no nível da léxico-gramática.

A Avaliatividade assenta-se em um conjunto de significados interpessoais categorizados por Martin e seus colaboradores, mas consolidados, especialmente, em Martin e White (2005). Esse sistema elabora uma taxonomia para dar conta dos valores individuais e coletivos compartilhados em um grupo social, atribuídos a pessoas e seus comportamentos, a objetos e a eventos. A Avaliatividade é constituída de três subsistemas: o engajamento, a gradação e a atitude. O foco deste estudo é uma das categorias semânticas da atitude, o julgamento, que é detalhado na seção a seguir.

1.1. O Julgamento

O julgamento expressa, por meio do discurso, avaliações em relação ao comportamento das pessoas, analisando em que medida esses indivíduos se aproximam das expectativas e exigências estabelecidas socialmente, tendo em vista a cultura e a situação ideológica da sociedade em que vivem. Segundo White (2004: 187), por intermédio dos

significados do julgamento “construímos nossas posições em relação ao comportamento humano – aprovação/condenação do comportamento humano através de referências à aceitabilidade e às normas sociais”. Em conformidade, Martin e White, ao conceituar a categoria de julgamento, asseguram que “trata das atitudes em relação ao comportamento, que admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos⁷” (2005: 42). O julgamento envolve a estima social e a sanção social.

Os julgamentos de estima social são relativos às avaliações que podem elevar ou rebaixar uma pessoa na sua comunidade, não envolvendo, no entanto, questões morais e legais. A estima social ocorre em termos de capacidade (o indivíduo é capaz, é competente?), tenacidade (o indivíduo é tenaz, é persistente?) e normalidade (o comportamento do indivíduo é normal, é usual?).

Já os julgamentos de sanção social envolvem questões morais e legais, tendo em vista regras ou regulamentos estabelecidos pela Igreja ou pelo Estado. Os julgamentos de sanção social estão ligados à propriedade (o indivíduo é ético?) e à veracidade (o indivíduo é sincero?).

Dessa forma, os julgamentos de sanção social compreendem elogio e condenação, enquanto os de estima social implicam admiração e crítica. Aqueles tendem a ser regulados pela cultura escrita, por meio de decretos, normas e regulamentos, enquanto estes, pela cultura oral, através de fofocas, boatos e diferentes tipos de histórias. O tipo de julgamento dependerá da posição ocupada por aquele que avalia, o qual decidirá se vai julgar positiva ou negativamente o comportamento dos indivíduos.

É importante ressaltar, ainda, que a manifestação das avaliações nem sempre ocorre de modo explícito. Martin e White (2005) destacam que elas podem ser atribuídas diretamente (avaliações inscritas, que são explícitas) ou indiretamente (avaliações invocadas, que são implícitas). Tendo por base Martin e White (2005), Almeida (2010), Carvalho (2010) e Ikeda (2010), avaliações explícitas são aquelas expressas pelo léxico constituído por processos com significados atitudinais, Atributos (Epítetos em grupos nominais e qualidades nominalizadas em

7. “[...]deals with attitudes towards behaviour, which we admire or criticise, praise or condemn”.

grupos nominais), circunstâncias, grupos nominais com participantes conscientes e metáforas gramaticais.

As avaliações implícitas (ou invocadas) não se manifestam através do léxico diretamente atitudinal. A prosódia avaliativa (ou seja, o contexto avaliativo do texto) sinaliza que há avaliação, embora implicitamente. Conforme Martin e White (2005), há duas categorias de avaliações invocadas: as provocadas e as evocadas.

As avaliações provocadas acontecem em enunciados que, apesar de não apresentarem léxico atitudinal, sinalizam que há atribuição valorativa para determinadas representações. São comuns, neste caso, o emprego de metáfora lexical, metonímia, personificação, intensificação ou contraexpectativa.

As avaliações evocadas ocorrem quando não há, no enunciado, léxico atitudinal ou *tokens* de atitude. Neste caso, a avaliação é ativada pelo contexto e fica na dependência de o leitor percebê-la. São características de avaliações evocadas a ironia, o ato de fala indireto, a nominalização de uma atividade e os *tokens* factuais (seleção de significados ideacionais) (Martin; White 2005; Ikeda 2010).

A presença das avaliações invocadas gera, conforme Martin e White (2005), três posições de leitura: tática, de resistência e complacente. Os autores explicam que a leitura tática é tipicamente parcial e interessada e tem por objetivo organizar um texto para propósitos sociais que não são aqueles que ele naturaliza. Já a leitura de resistência é contrária à cosseleção de sentidos em um texto, enquanto a leitura complacente intensifica esses sentidos.

Neste estudo, levamos em conta, em nossas análises, apenas as denominações “explícita” e “implícita” ao nos referirmos ao modo de ativação da avaliação nas passagens que manifestam a categoria aqui investigada, o julgamento.

2. O julgamento nos editoriais

A análise da configuração contextual (Hasan 1989) permitiu-nos observar que, em relação à variável campo, os editoriais versam sobre questões políticas e econômicas do país, com ênfase na atuação da Presidente Dilma Rousseff no que se refere a esses assuntos. Quanto

às relações, interagem, nos textos, o editorialista (Estadão) e os leitores do jornal (distância social máxima). Considerando os participantes dos textos, Dilma Rousseff dialoga com ex-Presidentes do Brasil, atuais e ex-ministros de seu governo, autoridades internacionais, empresários, governadores estaduais, com jornalistas e com o público em discursos ou em pronunciamentos veiculados pela televisão. No que diz respeito à variável modo, o canal é gráfico, o meio é escrito e os textos foram disponibilizados em suporte digital, já que foram coletados do portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo. Nos editoriais, a linguagem tem papel constitutivo e teor avaliativo bastante forte.

2.1. Julgamento: valor e modo de ativação

Confirmando nossa hipótese inicial, os editoriais mostraram-se textos propícios à ocorrência de julgamentos emanados do jornal ao avaliar o comportamento da Presidente Dilma Rousseff. De um total de 8.480 palavras, 174 ocorrências correspondem a posicionamentos do editorialista em relação à atuação da Chefe da nação. O campo semântico mais utilizado é o de estima social (129), através do qual a capacidade da Presidente, sua tenacidade e a usualidade em seus atos são o objeto das avaliações. Constatamos também que houve predomínio de avaliações negativas (129) em relação ao comportamento da Presidente Dilma Rousseff, contra 45 ocorrências de avaliações positivas (Quadro 1).

Quadro 1 – Julgamentos: valor e modo de ativação

Avaliações	JULGAMENTO					Total
	Estima Social			Sanção Social		
	Capacidade	Tenacidade	Normalidade	Propriedade	Veracidade	
Negativas	58	26	10	24	11	129
Positivas	17	18	0	7	3	45
Total	75	44	10	31	14	174
Explícitas	51	39	8	19	6	123
Implícitas	24	5	2	12	8	51
Total	75	44	10	31	14	174

Os resultados do Quadro 1 serão detalhados nas seções a seguir.

2.1.1. *Julgamento de estima social e modo de ativação*

O uso mais frequente de julgamento de estima social deu-se no campo da capacidade negativa (58). Nesse sentido, o editorialista do jornal O Estado de S. Paulo posiciona-se sugerindo que a Presidente manifesta pouca eficiência e perspicácia frente ao governo federal. Nosso entendimento é que, ao apresentar um número significativo de ocorrências de avaliações negativas em termos de capacidade, o objetivo do editorialista é avaliar a Presidente como alguém pouco competente e, por isso, incapaz de ocupar tal posição. As ações de Dilma Rousseff são, predominantemente, avaliadas como ineficientes para solucionar os problemas (especialmente econômicos) do país, embora ela seja uma economista. Isso é evidenciado no exemplo 01:

- (01) Como gerente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, depois, como chefe de governo, a presidente Dilma Rousseff se mostrou *deficiente* em todos esses quesitos. [E#10]⁸

A partir do emprego do Atributo “deficiente”, o exemplo 01 demonstra uma avaliação negativa em relação ao desempenho da Presidente Dilma Rousseff frente ao governo federal. O editorialista faz referência ao período em que Dilma integrou o governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (também petista), nas funções de Ministro-Chefe da Casa Civil e responsável pelo PAC, bem como à sua posição atual, enquanto Presidente do Brasil. A avaliação do editorial sobre a atuação de Dilma Rousseff em ambas as funções é negativa: as ações da Presidente apresentam falhas e são consideradas insuficientes, o que permite que entendamos que a Presidente Dilma é avaliada como incapaz. O editorialista parece querer induzir o seu leitor ao seguinte ponto de vista: se Dilma Rousseff é incapaz de gerenciar um programa de governo, menos preparada está para governar uma nação.

Os editoriais que foram analisados demonstraram grande incidência de avaliação negativa da capacidade da Presidente no que se refere, sobretudo, a gerenciamento financeiro, comportamento diplomático e

8. Cada editorial que compõe o *corpus* foi identificado com a inicial E seguida de sustenido e o número que o texto ocupa na sequência. Por exemplo, E#10 significa o editorial de número 10 no *corpus*.

domínio para expressar-se em seus discursos e pronunciamentos. Além do emprego de Atributos (“deficiente”, “limitado” e “perdido”), foram empregadas outras categorias para expressar esse tipo de avaliação, como nominalizações (“ineficiência”, “dificuldade” e “confusão”) e processos com significados atitudinais (“se perdeu” e “misturou”), por exemplo.

Positivamente (17 ocorrências), o escopo da avaliação de capacidade de Dilma Rousseff consiste no fato de ela ser avaliada, em algumas ocasiões, como alguém que sabe aproveitar as oportunidades para expressar suas opiniões, sendo capaz de compreender e reconhecer questões significativas ao governo (conforme o exemplo 02, a seguir) e que demonstra eficiência ao tomar certas decisões.

(02) Juros são importantes, mas não são tudo. A presidente *sabe* disso [...].
[E#2]

O exemplo 02 apresenta uma ocorrência de avaliação positiva em relação à atuação da Presidente Dilma Rousseff. O processo mental “saber” é empregado com o intuito de expressar o posicionamento de que Dilma é capaz de compreender assuntos relativos à economia do país, o que sugere aptidão, conhecimento por parte da Presidente. Julgamentos de capacidade positivos são expressos por outras categorias também, como é o caso do Atributo (“maior”). Entretanto, avaliações como essas são raras, considerando a alta incidência de julgamentos negativos de capacidade, o que nos permite afirmar que, na percepção do jornal, Dilma Rousseff não está preparada para governar o país.

Ao ativar avaliações de capacidade, o editorialista do Estadão busca explicitá-las na maioria dos casos (51 ocorrências), embora também recorra a recursos para implicitá-las (24 ocorrências). Processos com significados atitudinais (como “perdeu” e “parece ter esquecido”, por exemplo), Atributos (como “deficiente” e “limitada”), nominalizações (como “incompetência” e “confusão”) e circunstâncias (como “nas generalidades”) são frequentes no que concerne às avaliações explícitas. Quanto às implícitas, são comumente empregadas orações e complexos oracionais. Além disso, encontramos ocorrências de metáforas lexicais que evidenciam avaliações implícitas de capacidade, como ocorre com o emprego das nominalizações “arenga” e “pregação”.

O emprego de processos com significados atitudinais, Atributos, nominalizações e quantificadores predomina nas avaliações explícitas, enquanto as metáforas lexicais (Martin; White 2005:194-195) e as orações prevalecem nos julgamentos implícitos. Os exemplos 03 e 04 ilustram, respectivamente, esses achados.

- (03) [...] é o momento adequado para o governo utilizar seu “arsenal de providências” e acelerar os investimentos públicos. Até agora, porém, o governo Dilma mostrou *pouca aptidão* para isso. [E#9]
- (04) [...] o governo sempre dava um jeito de *empurrar a decisão para um dia indeterminado*. [E#4]

Em 03, há uma ocorrência de julgamento explícito de capacidade. Essa explicitação é evidenciada, sobretudo, pelo emprego do quantificador “pouca”, que revela imediatamente ao leitor uma avaliação negativa: a de que a Presidente Dilma manifestou limitada disposição para agir em prol dos investimentos públicos; isto é, suas ações foram insuficientes, o que revela incapacidade. Já em 04, a partir do emprego da metáfora lexical “empurrar a decisão para um dia indeterminado”, a Presidente é avaliada como alguém que não toma providências nos devidos momentos, como alguém que tende a procrastinar suas decisões.

Devido ao predomínio de avaliações explícitas de capacidade, entendemos que o jornal O Estado de S. Paulo tem pouco interesse em ocultar sua opinião acerca da aptidão de Dilma Rousseff para governar o Brasil. Por outro lado, também faz uso de outros recursos, uma vez que, entre jornal e leitor, há o que denominamos de “contrato de solidariedade”, através do qual o que um sinaliza já é compartilhado pelo outro, uma vez que as posições de valor estão depositadas nas comunidades de práticas e são vistas como de senso comum por aquele grupo. Nas palavras de Martin e White (2005: 224), a posição de valor não é tão explicitamente apresentada pelo escritor, “mas a maior parte dela é vista como oriunda “natural” ou “inevitavelmente” da informação factual com a qual o leitor é abastecido”⁹.

Além disso, o editorialista também se posicionou em relação à tenacidade da Presidente (44 ocorrências). No que diz respeito a essa categoria semântica, é avaliado pelo Estadão em que medida a

9. “... but which for the most part is understood to arise ‘naturally’ or ‘inevitably’ from the ‘factual’ information with which the reader is supplied”.

Presidente Dilma Rousseff desempenha suas ações de maneira tenaz, persistente, e como o jornal avalia a tenacidade demonstrada por ela. Ainda que haja avaliações positivas desse tipo (18), predominam as de caráter negativo (26). Essas ocorrências de julgamento de tenacidade negativo por parte do jornal fazem referência principalmente à avaliação que o Estadão faz em relação à persistência manifestada por Dilma Rousseff em alguns momentos e, em contrapartida, à pouca persistência com que, na opinião do veículo, ela age em certas ocasiões, o que é evidenciado no exemplo 05.

- (05) A presidente Dilma Rousseff *não manifestou, até hoje, a mínima disposição de atacar de modo mais consequente* os problemas da produção. [E#4]

Em 05, é expressa a avaliação de que Dilma Rousseff não parece disposta a encarar com firmeza as dificuldades que o país enfrenta. Essa avaliação é evidenciada, especialmente, pela oração “*não manifestou, até hoje, a mínima disposição [[de atacar de modo mais consequente]]*”. Os Adjuntos “*não*” e “*de modo mais consequente*” e o Atributo “*mínima*” contribuem fortemente para desencadear a avaliação. Isso sugere o posicionamento de que a Presidente comporta-se de maneira pouco tenaz, faltando-lhe garra para combater problemas econômicos do Brasil. Com isso, novamente vem à tona a avaliação de que a Presidente Dilma não tem competência para governar o país.

Avaliações desse tipo, que julgam a Presidente como alguém que não manifesta coragem e tenacidade, também são realizadas por outras estruturas e categorias léxico-gramaticais, como processos com significados atitudinais (“*respeitou*”). Orações com teor avaliativo também destacam a falta de tenacidade da Presidente em suas ações, como pode ser visto em “*falta levar a outras áreas a coragem demonstrada na alteração da poupança*” [E#4].

Além dessas ocorrências de julgamento de tenacidade negativo, observamos que várias passagens foram empregadas com o intuito de expressar a opinião de que, embora a Presidente se esforce, insista, repita, proteste e se dedique, ela não procede com eficiência, conforme 06.

- (06) O que o governo tem feito *com grande insistência* é estimular o consumo, por meio da ampla oferta do crédito, a juros menores. É uma política cuja eficácia está limitada pela capacidade de endividamento das famílias e pela disposição dos bancos de emprestar. [E#9]

No exemplo 06, o Adjunto “com grande insistência” demonstra o julgamento de que a Presidente (governo) age com obstinação, insistindo em medidas que julga adequadas. Entretanto, essa insistência na política adotada não é avaliada positivamente pelo editorialista, que classifica a ação como ineficaz. Ao longo dos textos analisados, percebemos diversas avaliações como essa; é como se Dilma Rousseff fosse avaliada como uma pessoa tenaz, mas que insiste no erro, em ações e em discursos que não produzem o efeito desejado.

Ainda que com menor incidência, avaliações positivas em relação à tenacidade da Presidente também foram manifestadas. Nesse sentido, faz-se referência à determinação demonstrada por Dilma Rousseff ao tomar decisões (como no exemplo 07) e à insistência com que defende interesses governistas em determinados momentos.

- (07) O governo *tem-se empenhado* principalmente na campanha pela redução de juros. [E#4]

Em 07, é expressa a avaliação de que a Presidente Dilma demonstra tenacidade, perseverança, esforço na campanha pela redução de juros, o que é bem avaliado pelo Estadão. Esse julgamento é revelado pelo grupo verbal “tem-se empenhado”. Avaliações positivas de tenacidade foram manifestadas léxico-gramaticalmente também por outros processos (seguidos ou não de circunstâncias), como “retomou”, “resistiu” e “protestando mais uma vez”, locuções verbais, como “tentando superar” e “tem-se empenhado”, e oração intensificadora, como no seguinte complexo oracional: “*Em mais um esforço para desencalhar a economia nacional, a presidente Dilma Rousseff convocou os governadores [...]*” [E#11]. Embora esse tipo de posicionamento ocorra, sobressaem-se aqueles de teor avaliativo negativo, novamente corroborando a ideia que parece ser defendida pelo Estadão: a de que a Presidente Dilma não está preparada para governar o Brasil.

Ao ativar avaliações de tenacidade, o editorialista do Estadão busca explicitá-las em grande parte dos casos (39), ainda que haja manifestações implícitas desse campo semântico (5). Com base nisso, entendemos que, ao contrário das avaliações implícitas, quando prevalecem as explícitas, como é o caso, o editorialista parece não querer ocultar o ponto de vista do Estadão, o que já foi constatado também no campo semântico de capacidade. Pelo contrário, ele faz questão de deixar bem clara a opinião do jornal, como ocorre no exemplo 08.

(08) A presidente *resistiu* à pressão de ambientalistas e alguns ex-dirigentes de órgãos da área ambiental. [E#7]

Em 08, fica evidente a avaliação, pelo emprego do processo “resistir”, que expressa a opinião de que Dilma Rousseff foi forte e persistente o suficiente para não ceder à pressão imposta a ela. A forma verbal “resistiu” denota explicitamente essa ideia, tornando perceptível a avaliação feita pelo editorialista. Dentre as categorias léxico-gramaticais que expressam avaliações explícitas de tenacidade, estão processos com significados atitudinais (como “resistiu”, “tem-se empenhado” e “insistindo”) e circunstâncias (como “mais uma vez” e “novamente”). As avaliações implícitas de tenacidade, por sua vez, são manifestadas por complexos oracionais e orações, como em 09.

(09) *Tenha agora a força* [[de pôr o governo a trabalhar]]. [E#8]

Em 09, há uma ocorrência de julgamento de tenacidade implícito, manifestada pela oração “Tenha agora a força”, a qual sugere que Dilma Rousseff não está sendo suficientemente forte para colocar seu governo para trabalhar.

Avaliações acerca da normalidade das ações da Presidente também foram expressas pelo editorialista do Estadão. Com poucas manifestações (10), se levarmos em consideração as ocorrências das demais categorias semânticas da estima social, a maioria das manifestações de julgamento de normalidade fazem referência a alguma atitude considerada atípica adotada pela Presidente Dilma Rousseff. Além disso, essas atitudes não são vistas como positivas pelo editorialista; ao contrário, são consideradas negativas e não usuais, como é o caso do exemplo 10.

- (10) Ao afirmar que o Brasil vive uma realidade “nunca antes vista” - pois é composto de pessoas alegres e felizes e trilha um caminho diferente do percorrido pelos países europeus, que o levará a se “transformar em uma das maiores nações do mundo” -, a presidente Dilma Rousseff demonstrou, mais uma vez, que vê a situação do País *de modo diverso* da maioria dos brasileiros [...]. [E#12].

Em 10, a circunstância “de modo diverso” revela uma avaliação em relação a uma declaração proferida pela Presidente Dilma. A declaração é entendida como não habitual, pois, segundo o editorialista, a Presidente manifesta-se diferentemente do modo como pensam a maior parte dos brasileiros, o que caracteriza um julgamento de estima do tipo normalidade negativa. Com isso, entendemos que a Presidente é avaliada como alguém que tem um comportamento diferente do esperado, rompendo com as expectativas e com aquilo que o jornal julga ser adequado para ser dito/feito por um/uma Chefe de Estado. Avaliações desse tipo são manifestadas por outras categorias também, como Atributos (“surpreendente”) e processos com significados atitudinais (“evita”), por exemplo.

Embora haja pouca incidência de julgamentos de estima social do tipo normalidade, verificamos que algumas atitudes da Presidente Dilma Rousseff são avaliadas como não usuais, atípicas, anormais. Relacionamos, então, o fato de essas ocorrências de julgamento de normalidade não terem sido avaliadas como positivas à postura adotada pelo Estadão, que, por ser um jornal de público conservador (Fiorin 2004), tende a não aprovar comportamentos considerados não usuais.

Além disso, novamente percebemos que o jornal O Estado de S. Paulo não pretende ocultar a sua opinião, mas, ao contrário, procura deixá-la evidente ao seu leitor. Isso é resultado do predomínio de avaliações explícitas de normalidade (8), conforme em 11, embora haja manifestações implícitas, como em 12.

- (11) Mas foi um tanto *surpreendente* a escolha dos juroso como tema central de seu pronunciamento de segunda-feira, para comemorar o Dia do Trabalho [...]. [E#2].
- (12) A reprodução [Pela Presidente Dilma] da bem-sucedida fórmula do então presidente Lula contra a contaminação do Brasil pelo colapso do sistema financeiro dos Estados Unidos, a partir da quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em 2008, *ignorou o óbvio*: a

impossibilidade de promover o crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas. [E#8]

No tocante ao exemplo 11, o emprego do Atributo “surpreendente” torna explícita a avaliação em relação ao tema escolhido por Dilma Rousseff em seu pronunciamento. De acordo com o editorialista do Estadão, a Presidente causou espanto ao discursar, no Dia do Trabalho, sobre um tema que, na opinião do jornal, não era esperado: os juros. O emprego de “surpreendente” sugere que o editorialista considera inoportuno para a ocasião o assunto colocado em pauta pela Presidente Dilma e que ele faz questão de deixar isso bem claro. As avaliações explícitas de normalidade são evidenciadas, léxico-gramaticalmente, por Atributos (como “surpreendente” e “estranha”), nominalizações (como “exageros” e “novidade”), circunstância (como “de modo diverso”) e processo com significado atitudinal (como “evita”).

No exemplo 12, entretanto, o julgamento de normalidade não está explícito, e identificamos essa avaliação na oração mental constituída do processo “ignorar” seguido do Fenômeno “o óbvio”. Nesse sentido, a atitude da Presidente é avaliada como incomum, já que agiu de modo inesperado. De acordo com a opinião do Estadão, esperava-se que a fórmula do ex-Presidente Lula, que foi reproduzida por Dilma Rousseff, considerasse a impossibilidade de crescimento duradouro da economia com medidas puramente paliativas, o que não ocorreu. Já as avaliações implícitas de normalidade são manifestadas por orações, como a seguinte, que indica contraexpectativa: “Ela evita a expressão guerra cambial *sem deixar, no entanto*, de classificar a depreciação do euro e do dólar” [E#1].

2.1.2. Julgamento de sanção social e modo de ativação

O emprego mais frequente de sanção social ocorreu no campo da propriedade (31), com predomínio de avaliações negativas (24) a respeito do desempenho da Presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, o editorialista parece julgá-la como alguém que, em várias ocasiões, age de maneira incorreta, tomando atitudes erradas e articulando-se de maneira equivocada, bem como parece avaliá-la como uma pessoa

que é conivente com ações supostamente antiéticas adotadas por seu partido político e por partidos aliados. Essa avaliação negativa é evidenciada no exemplo 13.

- (13) Assim, a presidente Dilma Rousseff *mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista*. [E#3].

Em 13, observamos que o editorialista faz referência ao suposto sistema de loteamento político que seria praticado pelo governo federal. Essa avaliação é evidenciada léxico-gramaticalmente pela oração “mantém incólume o sistema de loteamento da administração federal entre os partidos da base governista”, sobretudo pelo Atributo *incólume*. Nesse caso, de acordo com o jornal Estadão, Dilma Rousseff preserva a prática adotada no governo anterior (do também petista Luiz Inácio Lula da Silva) de distribuir cargos (em ministérios, secretarias, etc.) como uma gratificação por ter recebido apoio partidário no pleito que a elegeu. Essa prática é avaliada como negativa, por não ser esse um critério considerado ético para escolher os membros que venham a compor o governo. As avaliações negativas de propriedade em relação ao comportamento da Presidente Dilma Rousseff foram manifestadas por diferentes estruturas e categorias léxico-gramaticais. Dentre elas, estão o Atributo, a nominalização e os processos com significados atitudinais, conforme exemplificam, respectivamente, as seguintes passagens: “a bronca *errada* de Dilma” [E#13], “o *equivoco* da presidente é óbvio” [E#10] e “[...] seu discurso *falha* em relação a um ponto [...]” [E#4].

Avaliações positivas de propriedade, ainda que raras, também foram percebidas. Essas passagens referem-se ao fato de Dilma Rousseff posicionar-se corretamente, de acordo com a opinião do jornal, como em 14.

- (14) O governo está *certo* quanto à necessidade de corte dos juros, [...]. [E#4]

No tocante ao exemplo 14, a Presidente, enquanto representante do mais alto posto do governo, tem sua atitude de considerar o corte dos juros necessário avaliada positivamente. Essa avaliação é evidenciada pelo emprego do Atributo “certo”, que expressa essa aprovação por

parte do jornal que a avalia. Além disso, essas ocorrências são manifestadas por outras categorias, como processo com significado atitudinal, como em “a presidente *acerta* quando atribui [...]” [E#10].

Com base no exposto, constatamos que a Presidente Dilma Rousseff é avaliada, em termos de propriedade, predominantemente como alguém que age de maneira incorreta e, muitas vezes, antiética frente ao governo federal.

Quanto ao modo de ativação, verificamos que as ocorrências são manifestadas, nos textos analisados, de modo explícito e implícito. Predominam, no entanto, avaliações explícitas de propriedade (19). Com base nisso, entendemos que o jornal O Estado de S. Paulo não se preocupa em omitir sua opinião, em termos de propriedade, acerca da atuação da Presidente Dilma Rousseff, como no exemplo 15.

- (15) A presidente Dilma Rousseff pode ter desagradado a uma parte do PDT, mas foi *fiel* ao padrão de loteamento do governo. [E#3].

O julgamento de propriedade é expresso léxico-gramaticalmente pelo Atributo “*fiel*”, que se refere à Presidente Dilma e, segundo entende o jornal, à sua fidelidade ao sistema de loteamento adotado para preencher vagas de cargos importantes do governo federal. Com isso, está explícito o julgamento de propriedade, tendo em vista que Dilma é avaliada como alguém conivente com a ação, considerada antiética. É importante ressaltar que o Atributo é uma categoria léxico-gramatical altamente capaz de explicitar avaliações atitudinais. As ocorrências explícitas de propriedade também são evidenciadas por processos com significado atitudinal (como “*acerta*” e “*falha*”).

Embora as avaliações de propriedade explícitas predominem, houve manifestações implícitas dessa categoria semântica (12), conforme o exemplo 16.

- (16) [Dilma] nunca *deixou de prestar homenagem* às siglas da coalizão governamental. [E#3]

Em 16, temos o grupo verbal “*deixou de prestar*” acompanhado do seu Escopo-Processo “*homenagem*”, antecidos de negação (“nun-

ca”), que, juntos, expressam a avaliação de que Dilma se mantém fiel à aliança partidária que compõe o governo federal. Faz-se referência, então, ao sistema de loteamento e aos critérios adotados para escolher os integrantes do seu governo, critérios esses avaliados no editorial como incorretos.

As avaliações implícitas de propriedade também são manifestadas por outros recursos no *corpus*. Encontramos, por exemplo, a metáfora lexical, como em “Respeitou também o *ritual de dar satisfação ao comando partidário*” [E#3]. Além disso, constatamos a existência de complexos oracionais que expressam contraexpectativa, como é o caso de “A maior dificuldade que a economia brasileira enfrenta e que vem contendo seu desempenho, *no entanto*, não é a demanda em baixa, como entende o governo, que, por isso, concentra seu esforço em medidas que a estimulem.” [E#12].

Além da propriedade, o campo semântico da veracidade também se manifestou nos textos (14), predominantemente no que concerne a avaliações negativas sobre a atuação da Presidente (11). Nesses casos, é avaliado em que medida Dilma Rousseff é verdadeira em relação àquilo que diz ou faz. Isto é, os editoriais avaliam até que ponto ela revela sinceridade em seu discurso ou em suas ações, como em 17.

- (17) A presidente prometeu mais de uma vez melhorar a capacidade gerencial da administração federal. *Ficou na promessa*. [E#2]

Em 17, a avaliação de julgamento de veracidade negativo é realizada, léxico-gramaticalmente, pela oração “Ficou na promessa”. Com isso, fica evidente que o editorialista está avaliando a Presidente como alguém que não cumpre compromissos que firma frente ao governo federal, já que não honrou a promessa reiterada várias vezes: melhorar a capacidade gerencial da administração federal. Avaliações negativas de veracidade foram manifestadas por outras categorias léxico-gramaticais, como as seguintes orações: “Mas a função principal desse tipo de retórica *não é resolver problemas. É transferir culpas*” [E#2] e “*Para cumprir sua promessa de campanha*, a presidente Dilma Rousseff deveria [...]” [E#5]. Em fragmentos como esses, que avaliam negativamente a Presidente em termos de veracidade, notamos que o propósito do Estadão é induzir o seu leitor a pensar que a Presidente

Dilma Rousseff não se expressa com sinceridade, o que a caracteriza como enganosa, já que faz promessas à população brasileira, mas não consegue cumpri-las. A partir disso, podemos inferir a avaliação de que a Presidente é uma pessoa em quem não se pode confiar, por isso não está apta para ocupar a presidência do país.

Já nas avaliações positivas de julgamento de sanção social de veracidade, que ocorrem em menor incidência, a Presidente é avaliada como alguém que, em determinados momentos, fala com transparência, com franqueza; alguém que exprime verdade naquilo que diz. O exemplo 18 apresenta uma ocorrência desse tipo de julgamento.

- (18) [...] ela não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes - “ditadura”, “tirania”, “violência”, “truculência ilegal do Estado” [...].
[E#7]

O exemplo 18 mostra uma avaliação positiva em relação à Presidente Dilma, na medida em que ela é julgada como alguém que expressa verdade em seu discurso. Essa avaliação é evidenciada pelo complexo oracional “não se guardou de chamar as coisas pelos seus nomes”. Outra passagem que expressa uma avaliação semelhante é “[...] *tampouco deixou de consignar* que ‘reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais’” [E#6]. Em passagens como essas, que são raras no *corpus* analisado, a Presidente é avaliada como alguém que se expressa com sinceridade, com autenticidade, com veracidade.

Com base nisso, observamos que Dilma Rousseff é avaliada, em termos de julgamento de sanção social (veracidade), predominantemente como uma Chefe de Estado que não cumpre as promessas feitas publicamente e que, conseqüentemente, engana aqueles que creem nos compromissos por ela firmados.

As avaliações de veracidade manifestaram-se explícita e implicitamente. Diferente das demais categorias de julgamento, esta sobressaiu-se implicitamente (8). Com base nisso, concluímos que o objetivo do jornal, em termos de veracidade, é ocultar as avaliações negativas acerca do desempenho da Presidente Dilma Rousseff e destacar, de modo explícito, predominantemente as avaliações positivas.

Essa é a única categoria de julgamento que é manifestada, de maneira prevalecente, implicitamente, o que evidencia que o jornal, a partir dos editoriais analisados, aposta na leitura complacente do leitor (Martin; White 2005). O exemplo 19 ilustra isso.

- (19) [...] o agronegócio garante algum superávit no comércio exterior, enquanto o conjunto das exportações empaca e as importações ocupam fatias crescentes do mercado interno. Apesar disso, a presidente se permite *bravatas*. A economia brasileira está no aquecimento e no fim do ano ganhará medalha pelo Produto Interno Bruto (PIB), disse ela num encontro com atletas classificados para os Jogos Olímpicos de Londres. [E#10]

No exemplo 19, a avaliação é expressa implicitamente pelo nome “bravatas”, que constitui, nesse contexto, uma metáfora lexical, não caracterizando uma avaliação atitudinal explícita, já que não está nomeando uma qualidade. Nesse exemplo, a Presidente é avaliada como alguém que não admite a real situação do país, utilizando fanfarrônicas, ao se referir à situação econômica do Brasil. Com isso, na opinião do jornal, ela não está sendo sincera, pelo contrário, está tentando simular a verdade, idealizando uma realidade muito distante para o país.

As avaliações implícitas foram manifestadas por nominalização (como “uma promessa de campanha”), oração de teor adverbial (como “*Para cumprir sua promessa de campanha*, a presidente Dilma Rousseff [...]” – E#5), complexo oracional (como em “*Utilizam-se promessas para enfrentar problemas*” - E#9), entre outros. Já as avaliações explícitas foram evidenciadas por diversas categorias, como, por exemplo: Atributo (como “claro”), circunstância (“cada vez mais distante da realidade”) e processo com significado atitudinal acompanhado de negação (como “não se guardou”). Em 20, podemos conferir um exemplo de julgamento de veracidade explícito.

- (20) Mas os seus efeitos - Dilma deixou *claro* - não se esgotaram no êxito da transição de 1985.[E#6]

Em 20, há uma evidente ocorrência de julgamento de veracidade explícito, que é, léxico-gramaticalmente, manifestado pelo Atributo “claro”. Nesse caso, Dilma Rousseff é avaliada como alguém que

não omitiu a informação; ao contrário, deixou nítida, sem margem a ambiguidades ou a mal entendidos. Além do emprego de Atributos, as avaliações explícitas foram evidenciadas por outras categorias, como circunstância (“cada vez mais distante da realidade”) e processo com significado atitudinal acompanhado de negação (como “não se guardou”).

2.2. Dilma Rousseff e o julgamento do Estadão: uma análise semântico - interpretativa

Com base no exposto, nas evidências léxico-gramaticais mostradas e em todos os dados qualitativos e quantitativos que apresentamos, constatamos que, considerando o *corpus* analisado nesta pesquisa, o desempenho da Presidente Dilma Rousseff é avaliado, predominantemente, de maneira negativa nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. São muito comuns passagens em que as ações da Presidente são alvo de críticas.

É muito significativo o número de ocorrências de julgamentos de estima social, que predomina em relação ao número de ocorrências de julgamentos de sanção social. A partir disso, compreendemos que o jornal, ao empregar mais julgamentos de estima, busca principalmente avaliar a Presidente em termos de ter (ou não) competência para administrar o Brasil, já que, dentre as categorias de estima social, prevalece vantajosamente a capacidade.

Considerando o julgamento de estima social de capacidade, sobressaem-se aquelas ocorrências que avaliam negativamente a Presidente Dilma Rousseff; ou seja, ela é avaliada, predominantemente, como incapaz de governar o país. Nesse sentido, o jornal O Estado de S. Paulo parece querer, a todo o momento, desqualificar o discurso e as ações da Presidente, supondo que ela não tem aptidão para administrar o país, embora seja uma economista.

Em termos de tenacidade, também verificamos o predomínio de avaliações negativas. Nessas ocorrências, ora a Presidente é avaliada como alguém pouco tenaz, ora é avaliada como alguém persistente, cujas ações, entretanto, não são eficientes. Observamos que avaliações

deste tipo foram manifestadas com o propósito de revelar a posição de que, mesmo que se esforce, que persista, que retome ideias e que lute por aquilo que acredita ser correto e eficaz para sanar os problemas do país, Dilma Rousseff não age com eficiência, não toma as decisões corretamente. Novamente, é destacada a suposta incompetência de Dilma Rousseff ao agir frente ao governo federal.

No que concerne à normalidade, a Presidente foi avaliada somente de maneira negativa. Suas ações são qualificadas, em sua maioria, como atípicas, e isso não é bem visto por um jornal como o Estado de S. Paulo, o qual, conforme já mencionamos, é caracteristicamente conservador, tradicional.

Em relação à sanção social, igualmente verificamos uma predominância de julgamentos negativos no que diz respeito às ações da Presidente, porém aqui o foco é outro: a propriedade e a veracidade. Quanto ao julgamento de propriedade, além de colocar em dúvida a ética da Presidente, ao ser supostamente conivente com ações incorretas executadas pelo seu partido e por partidos aliados, o jornal também parece qualificar Dilma Rousseff como uma pessoa que procede equivocadamente e que se expressa de maneira errada. Mais uma vez, fica evidente a intenção do Estadão: expor a opinião de que a Presidente não é apta para ocupar tal posição.

No que diz respeito ao julgamento de veracidade, o jornal O Estado de S. Paulo avalia a Presidente Dilma Rousseff, predominantemente, como alguém com pouca credibilidade, que não costuma cumprir com suas promessas. Ela é qualificada, portanto, como uma pessoa em quem não se pode confiar, embora ocupe o mais alto posto do Poder Executivo.

Além disso, predominam ocorrências de julgamento explícito, o que mostra que o jornal tem o objetivo de deixar clara, evidente, visível a sua opinião, não fazendo muita questão de ocultá-la. Reiteramos aqui a posição de que, em textos desse tipo, a voz autoral espera que o seu leitor faça uma leitura complacente do texto, de modo a aceitar, reforçar e propagar o ponto de vista que esse autor expõe no texto. Isto é, a leitura complacente é a do leitor que assume os posicionamentos do autor do texto. Com base nisso, acreditamos que o Estadão almeja que o seu leitor realize uma leitura complacente, intensificando os

sentidos presentes no texto. Isso revela um leitor “ideal”, que concorda, reforça e ainda compartilha as avaliações em relação ao desempenho da Presidente Dilma difundidas nos editoriais, que são, neste caso, predominantemente negativas e explícitas.

Relacionamos essa alta incidência de avaliações negativas à posição político-partidária do Estadão, que é contrária à do governo federal. A respeito desse posicionamento do jornal, Mundim, ao analisar o viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e de 2006, constatou que o Estadão assumia “uma explícita posição anti-Lula” (2013: 23) e anti-PT, expressando “publicadamente o seu endosso aos candidatos tucanos”, os quais foram também oposição a Dilma Rousseff no pleito de 2010, quando foi eleita Presidente da República. De acordo com o autor, o Estadão tem razões de cunho ideológico para se posicionar dessa forma, pois “seus proprietários posicionam-se na centro-direita do espectro político, e Lula, mesmo com a amenização do seu discurso, na centro-esquerda ou na esquerda” (Mundim 2013: 22).

É fundamental destacarmos que Lula é companheiro de partido da Presidente Dilma Rousseff: ambos integram o Partido dos Trabalhadores (PT). Ele é o antecessor de Dilma Rousseff na Presidência do Brasil. Ela foi ministra de seu governo e, inclusive, escolhida por ele e pelo partido como candidata a sucedê-lo na Presidência. Já os candidatos tucanos, vinculados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vêm sendo, nas últimas eleições, os maiores adversários do PT. Segundo informações do próprio site do partido (<http://www.psdb.org.br/>), “o PSDB é o maior partido de oposição do Brasil”. É importante mencionar, inclusive, que personalidades como Fernando Henrique Cardoso (ex-Presidente do Brasil, pelo PSDB) e José Serra (também do PSDB, ministro do governo de Fernando Henrique Cardoso e candidato à presidência em 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita Presidente) já escreveram colunas para o jornal O Estado de S. Paulo.

Com base nisso, entendemos que o Estadão tende a se posicionar também contra as ações de Dilma Rousseff na tentativa de convencer seus leitores (ou, até mesmo, de se alinhar à posição deles). É fundamental ressaltar que, além de interesses políticos, o jornal possui interesses mercadológicos e econômicos para se posicionar a favor ou

contra o governo. Isso porque “seus leitores, obviamente, apresentam valores semelhantes aos da publicação que leem” (Mundim 2013: 22), e o jornal está sempre procurando manter esse alinhamento com o ponto de vista de seus leitores.

Relacionamos essas avaliações negativas também ao fato de o Estadão ser um jornal que conta com um público bastante conservador (cf.: Fiorin 2004), o que nos permite concluir que o periódico (para manter o alinhamento com o leitor) também tenha essa postura, sendo contrário a grandes mudanças. Opõe-se a isso o fato de nunca antes uma mulher haver ocupado a Presidência do Brasil; Dilma Rousseff é a precursora. Além disso, conforme já destacamos, compartilhamos da opinião de Barbara e Gomes (2010), quando declaram que mulheres que passam a ocupar cargos públicos acabam tornando-se mira de comentários que não seriam feitos a homens que ocupam as mesmas funções. Nesse sentido, Dilma Rousseff ocupa o cargo mais alto da política brasileira, estando, constantemente, em destaque, em evidência.

Por fim, é importante destacar que o editorial é a “voz” do jornal; é por meio dele que o Estadão expressa sua opinião, tecendo avaliações de acordo com aquilo que O Estado de S. Paulo julga correto. Nesse sentido, constatamos, portanto, que todas as ocorrências negativas de julgamento manifestadas nos editoriais confluem para a seguinte avaliação: a Presidente Dilma Rousseff não ser preparada para governar o país.

Considerações Finais

Neste estudo, buscamos analisar como os recursos linguísticos foram empregados em editoriais, no que se refere à expressão de julgamento em relação ao desempenho da ex-Presidente Dilma Rousseff. Para tanto, o trabalho foi embasado teoricamente pelo Sistema de Avaliatividade (Martin; White 2005), mais especificamente pela categoria semântica julgamento, do subsistema atitude. Essa categoria está voltada para a avaliação das atitudes dos indivíduos, considerando a estima social (capacidade, tenacidade e normalidade) e a sanção social (propriedade e veracidade).

A partir de uma abordagem qualiquantitativa, que englobou uma análise contextual e uma análise textual, analisamos treze editoriais, publicados no portal de notícias do jornal O Estado de S. Paulo, que avaliam o desempenho de Dilma Rousseff frente ao governo federal. Com a análise textual, constatamos 174 ocorrências de julgamento em relação ao desempenho da então Presidente. Em termos de valor, predominaram ocorrências em que ela foi avaliada negativamente (129).

Considerando os tipos de julgamento, a maior incidência recaiu sobre estima social, que totalizou 129 ocorrências. Dentre elas, prevaleceram as ocorrências de julgamento de capacidade (75), com ênfase em avaliações negativas desse tipo (58 ocorrências). Tendo em vista as categorias de sanção social (45), o maior número de ocorrências foi de julgamento de propriedade (31 ocorrências). Dentre essas ocorrências, predominaram as negativas (24). Quanto ao modo de ativação das avaliações, a maior incidência foi de julgamento explícito (123 ocorrências), o que nos permite inferir que o jornal não faz muita questão de ocultar sua opinião em relação à atuação de Dilma Rousseff em suas atribuições frente ao governo federal.

Todas essas evidências apresentadas levam-nos a concluir o que revelou a nossa análise semântico-interpretativa: o jornal O Estado de S. Paulo deseja convencer o seu leitor (ou reforçar nele a opinião) de que Dilma Rousseff não estava preparada para ocupar a Presidência do Brasil. Observamos que a intenção do jornal parece ser reprovar as atitudes de Dilma Rousseff frente ao governo federal, avaliando-a como inapta para ocupar tal posição. Os julgamentos foram direcionados especialmente a ações da ex-Presidente no que diz respeito a questões de cunho político e econômico, embora Dilma Rousseff seja, além de política, economista.

Um fator de extrema importância, que contribuiu para que chegássemos a essa interpretação, é que o Estadão é um jornal anti-PT (partido da ex-Presidente Dilma) e a favor do PSDB, partido da oposição (Mundim 2013). Também por isso acreditamos ser tendência que, em seu conteúdo, manifeste avaliações negativas sobre a ex-Presidente Dilma. Soma-se a isso o fato de o Estadão ser um jornal de público conservador e bastante tradicional (Fiorin 2004). Os textos foram escritos para esse público, constituído predominantemente por empresários,

pessoas bem objetivas em suas atividades cotidianas, o que fez com que o jornal não tivesse a preocupação de ocultar seu ponto de vista, mas sim de deixá-lo claro, explícito.

É importante destacar, ainda, que o jornal está sempre procurando manter um alinhamento com a opinião do seu leitor; isto é, os posicionamentos expressos em um texto estão atrelados aos posicionamentos do seu leitor “ideal” (Martin; White 2005). Da mesma forma, percebemos que o Estadão deseja que o seu leitor faça uma leitura complacente de seus editoriais, reforçando, propagando e adotando em suas ações na sociedade aquilo que o jornal julga correto. Observamos, dessa forma, que, considerando o gênero aqui investigado, tudo caminha para que haja esta troca entre leitor e autor: por parte deste, o alinhamento e, por parte daquele, a leitura complacente.

Ressaltamos, por fim, que o editorial sugere uma “voz” para o jornal. Martin e White (2005) propuseram diferentes possibilidades de vozes jornalísticas manifestadas em textos dessa esfera: inicialmente, são apresentadas a voz do repórter e a voz do escritor. Nesta há julgamento autoral; naquela, não (quando há, é atribuído a terceiros).

Neste trabalho, preocupamo-nos principalmente com a voz do escritor, que, a propósito, pode se caracterizar como voz do correspondente ou voz do comentarista. Na voz do correspondente, não há controle algum em relação à estima social, mas a sanção social inscrita, quando ocorre, é mínima. Já na voz do comentarista, não há reservas quanto a algum tipo de julgamento; a sanção e a estima são livres e ocorrem normalmente. Tendo por base essas noções, considerando os textos aqui analisados, podemos afirmar que a voz que prevalece é a do comentarista, já que verificamos um número significativo de ocorrências de julgamento de sanção e de estima social, embora esta prevaleça.

Recebido em: 12/12/2016

Aprovado em: 10/02/2017

E-mail: sara.scotta.cabral@gmail.com;
gliviagn@gmail.com

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira. 2010. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores: 99-112.
- BALOCCHO, Anna Elizabeth. 2010. O sistema de engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores: 41-55.
- BARBARA, Leila; GOMES, Maria Carmen Aires. 2010. A representação de Dilma Rousseff pela mídia brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, Santa Maria, **20/40**: 67-92.
- BEDNARK, Monika. 2006. *Evaluation in media discourse*. London and New York: Continuum.
- BESNIER, Niko. 1989. Literacy and feelings: the encoding of affect in Nukulaelae letters. In: OCHS, Elinor. The pragmatics of affect. *Text*, **9/1**: 69-91.
- BIBER, Douglas; JOHANSSON, Stig; LEECH, Geoffrey; CONRAD, Susan; FINEGAN, Edward. 1999. *Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman.
- _____; FINEGAN, Edward. 1989. Styles of stance in English: lexical and grammatical marking of evidentiality and affect. In: Ochs, Elinor. The pragmatics of affect. *Text*, **9/1**: 93-124.
- CABRAL, Sara Regina Scotta. 2007. *A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração*. Tese de doutorado. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM.
- CARVALHO, Gisele de. 2010. A prosódia atitudinal: apreciação e julgamento em críticas de cinema. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores: 113-129.
- ESTADÃO. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/>.
- FAIRCLOUGH, Norman. 1995. *Media Discourse*. Oxford: Oxford University Press.

- FIORIN, José Luiz. 2004. O *phatos* do enunciatário. *Alfa Revista de Linguística*, **48/2**: 69-78.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. 1994. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Routledge.
- _____. 1989. Part I. In: HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Rukaya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- _____; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. 2004. *An Introduction to functional grammar*. 3rd. ed. Hodder Education.
- _____; HASAN, Rukaya. 1989. *Language, Context, and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- HASAN, Rukaya. 1989. Part II. In: HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Rukaya. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- HAVILAND, John Beard. 1989. 'Sure, sure': evidence and affect. In: OCHS, Elinor. *The pragmatics of affect*. *Text*, **9/1**: 27-68.
- HUNSTON, Susan. 1999. Evaluation and the planes of discourse. In: HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoff. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press.
- IKEDA, Sumiko Nishitani. 2010. O julgamento na argumentação de um editorial. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores: 167-188.
- MARTIN, James Robert. 2009. Realisation, instantiation and individuation: some thoughts on identity in youth justice conferencing. *D.E.L.T.A.*, **25/Especial**: 549-583.
- _____. 2008. Tenderness: realization and instantiation in a Botswanan town. In: NORGAARD, N. (ed.) *Odense Working Papers in Language and Communication*. **29**: 30-62.
- _____; WHITE, Peter Robert Rupert. 2005. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave.
- MUNDIM, Pedro Santos. 2013. Tomando partido ou competição midiática? Uma análise do viés da cobertura dos jornais nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. *5º Congresso de Compolitica*. Curitiba. (disponível em <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT08-Jornalismo-politico-PedroSantosMundim.pdf>)

- NUNES, Glivia Guimarães. 2014. *O Estadão e a Presidente: o editorial como estratégia de avaliação*. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM.
- OCHS, Elinor. Introduction. 1989. In: OCHS, Elinor. The pragmatics of affect. *Text*, **9/1**: 1-5.
- PRECHT, Kristen. 2003. Stance moods in spoken English: evidentiality and affect in British and American conversation. In: MACKEN-HORARIK, Mary; MARTIN, James Robert. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. **23/2**: 239-257.
- RODRIGUES, Daniela Leite. 2013. *A política sob o julgamento de Eliane Cantanhêde: uma investigação da assinatura valorativa*. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM.
- SCOTT, Mike. 2012. *Programa Word Smith Tools. Versão 6.0*. Liverpool University.
- THOMPSON, Geoff; HOUNSTON, Susan. 1999. Evaluation: a introduction. In: HUNSTON, Susan; THOMPSON, Geoff. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press.
- VIAN JR., Orlando. 2009. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. *D.E.L.T.A.*, **25/1**: 99-129.
- _____. 2010. *O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação*. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem de avaliação em língua portuguesa: Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade*. São Carlos: Pedro e João Editores: 19-29.
- _____. 2012. Avaliatividade, engajamento e valoração. *D.E.L.T.A.*, **28/1**: 105-128.
- WHITE, Peter Robert Rupert. 2004. Valoração: A linguagem da avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, **4/Especial**: 178-205.
- _____. 2003. Beyond modality and hedging: a dialogic view of the language of intersubjective stance. In: MACKEN-HORARIK, Mary; MARTIN, James Robert. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, **23/2**: 259-284.

Editoriais consultados

- Diplomacia da Cachaça (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,diplomacia-da-cachaca-imp-,859649>)
- As Malvinas de Dilma (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,as-malvinas-de-dilma-imp-,867744>)
- Ministro sem agenda (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,ministro-sem-agenda-imp-,868032>)
- A poupança e as metas de Dilma (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-poupanca-e-as-metas-de-dilma-imp-,868998>)
- Falta uma FIFA para as creches (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,falta-uma-fifa-para-as-creches-imp-,873133>)
- Uma fala exemplar (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,uma-fala-exemplar-imp-,874511>)
- Os vetos e a MP da presidente (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,os-vetos-e-a-mp-da-presidente-imp-,879794>)
- Não foi por falta de aviso (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,nao-foi-por-falta-de-aviso-imp-,882952>)
- Discurso não resolve crise (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,discurso-nao-resolve-crieses-imp-,883499>)
- Mais confusões de Dilma (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,mais-confusoes-de-dilma-imp-,886141>)
- A crise que Dilma não vê (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-crise-que-dilma-nao-ve-imp-,887350>)
- CNI corrige as distorções (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,cni-corrige-as-distorcoes-imp-,900405>)
- A bronca errada de Dilma (<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-bronca-errada-de-dilma-imp-,908461>)